

PARA ENTENDER O PORTUGAL CONTEMPORÂNEO

Francisco Martinho (DH)

Muitas são as obras que contribuem para o entendimento do Portugal Contemporâneo. E também, claro, muitos são os temas. Por isso, e ciente de que importantes trabalhos estarão de fora, dividi os livros em 10 temas que considero fundamentais para a vida portuguesa entre o final do século XIX e o início do século XXI. De uma forma geral, optei por temas abrangentes e não factuais. Por exemplo, não cito livros sobre a Guerra Colonial, tema clássico e evidentemente importante. Mas creio que as temáticas do Império Colonial, da relação com a Europa e da Revolução dos Cravos dão conta do assunto. A exceção é exatamente a Revolução dos Cravos, a ruptura portuguesa com o Salazarismo e o regime do Estado Novo. Mas trata-se de uma exceção que, creio, é para lá de justificável. Quando possível indiquei edições brasileiras. Espero, acima de tudo, que essas referências sirvam como ponto de partida para pesquisas de outras obras e temas igualmente importantes. Também verá o leitor que em algumas temáticas vi-me obrigado a indicar mais de uma referência. É sempre assim...

1. MIGRAÇÕES: Míriam Halpern Pereira. **A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)**. São Paulo: EDUSC, 2002.

Importante trabalho de pesquisa de uma das mais destacadas historiadoras portuguesas. Utilizando-se de vasta bibliografia e de pesquisa documental igualmente de fôlego, Míriam Halpern Pereira procura entender a política de Estado portuguesa para a emigração considerando alguns elementos novos que se impuseram a partir do século XIX. Todos nós sabemos que Portugal, em virtude de sua expansão marítima, incentivou homens e mulheres a saírem ao mar para ocuparem novos territórios. A novidade do XIX, no entanto, dá-se em função do fato de que Portugal havia perdido definitivamente o Brasil. Ao mesmo tempo, enfrentava problemas para a manutenção dos territórios ultramarinos em África e Ásia. A perda do Brasil não implicou, no entanto, uma mudança de rota. Portugal, ao contrário, optou por manter forte a sua economia agrícola e liberar os excedentes para fora do país. E neste caso, sobretudo, o Brasil. Paraíso perdido, mas que se mantinha como parte integrante de certo imaginário paradisíaco, de onde se podia, rapidamente, extrair riqueza a pequeno custo. Camões dedica o Canto IV de *Os Lusíadas*, ao Velho do Restelo, personagem que dia após dia, ao assistir às Naus a saírem de

Portugal em direção ao mar, lamentava: “Ao cheiro desta canela, e Reino se despoeva”. A citação refere-se, como sabemos, às viagens para as Índias. Em particular a viagem de Vasco da Gama. Mas, descoberto o Brasil, a política portuguesa manteve-se a mesma. Daí a atualidade do personagem camoniano. Halpern Pereira, em seu estudo, faz um acurado balanço não apenas da política oficial de Estado para a Emigração, mas também das regiões mais atingidas e de seu impacto para a economia portuguesa. Analisa também as migrações internas e para a África, formalmente território português. Utilizando-se dos instrumentais oferecidos pela História Econômica e pela Escola dos Annales, consegue perceber a dimensão de longo prazo e do papel estrutural das emigrações portuguesas.

2. IMPÉRIO COLONIAL: Valentim Alexandre. **Velho Brasil, Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)**. Porto: Afrontamento, 2000.

O trabalho aqui apresentado de Valentim Alexandre faz uma análise panorâmica do sistema colonial português entre o período das invasões napoleônicas e as independências pós 25 de Abril. Trata-se, na verdade, de um livro composto de vários artigos que abordam o tema sob as diversas conjunturas do século XIX ao XX. Inicia o livro com o problema brasileiro, desde a mudança da Corte à Independência. Em seguida discute os impasses do liberalismo no XIX, a questão nacional acoplada ao colonialismo e a crise decorrente do Ultimatum inglês de 1890. Por fim, os problemas do sistema colonial do século XX, tanto do ponto de vista político como econômico e cultural são tratados nos últimos quatro capítulos de um total de 12. Um elemento fundamental no trabalho de Valentim Alexandre é o fato de que suas pesquisas são muito bem embasadas em fontes, de modo que consegue evitar as tendências “ideologizantes”, comuns quando se trata do estudo do colonialismo. Sem descartar o fato de que estamos a falar de um domínio e toda relação assim estabelecida implica uma hierarquia composta, o autor procura demonstrar quanto o modelo colonial português foi baseado em concepções administrativas que, alteradas ao longo dos anos, permitiu também espaços de participação e integração do colonizado. Os capítulos se originaram de textos publicados anteriormente e conformam uma unidade complexa a respeito das razões que levaram à longevidade do sistema colonial português.

3. REPUBLICANISMO: Fernando Catroga. **O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910**. 2ª edição. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

A República portuguesa, fundada a partir do movimento revolucionário de 5 de Outubro de 1910, é um dos temas mais estudados entre os historiadores, sociólogos e politólogos de Portugal. O estudo de Fernando Catroga tem o mérito que somente é possível nos grandes estudos: trata-se de um trabalho já clássico e que, ao mesmo tempo, mantém-se atual. É conhecida a tese segundo a qual o sistema monárquico português entrou em crise a partir do *Ultimatum* inglês de 1890, ocasião em que o país viu-se obrigado a acatar as determinações da Inglaterra que vedavam as pretensões lusitanas de constituição do chamado “Mapa Cor de Rosa” (soberania portuguesa sobre os territórios situados entre Angola e Moçambique, onde hoje se situam a Zâmbia, o Zimbabwe e o Malawi). O recuo do regime monárquico terá levado à sua decadência e ao fortalecimento das correntes republicanas. Sem descartar esta hipótese, Fernando Catroga procura entender as raízes do republicanismo português na virada da primeira para a segunda metade do século XIX, particularmente a partir de 1848. No rescaldo, portanto, das revoluções europeias daquele ano. O livro trata das complexidades dos movimentos republicanos, suas contradições e seus principais postulados. Tais questões são tratadas, em primeiro lugar, a partir das diversas formas de organização. Desde o nascimento dos jornais republicanos até a chegada dos movimentos e partidos políticos. Em seguida, procura tratar do pensamento intelectual republicano, suas diversas correntes, as relações com a ciência e o cientificismo e, claro está, a Igreja. Por fim, trata das bandeiras centrais do republicanismo, em particular a questão do papel a ser desempenhado pela educação em uma República. O tratamento dado à questão republicana portuguesa vem acompanhado de uma excelente análise dos demais republicanismos e correntes republicanas na Europa, em particular a francesa. Trabalho fundador que, entretanto, mantém-se como referência fundamental para o conhecimento do republicanismo em Portugal a partir de suas origens.

4. ECONOMIA: Jaime Reis. **O Atraso Económico Português em perspectiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX (1850-1930)**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

Portugal, conforme sabemos, não acompanhou os movimentos económicos responsáveis pela modernização e industrialização europeias do século XIX. Ao contrário, manteve-se sob o domínio de um sistema agrário muito pouco desenvolvido. Nas áreas ao Norte do país, Minho e Trás-os-Montes, mantiveram-se os modelos de produção familiar destinados ao mercado interno. Quando não à própria

subsistência. No sul alentejano, um latifúndio superexplorador de uma mão de obra tanto disponível quanto barata. A ideia de um país atrasado foi ainda mais consolidada com o advento do salazarismo e do regime do Estado Novo. Afinal, para o ditador Oliveira Salazar, o campo era preferível à cidade (lugar de vícios dissolventes da moral) e a pequena propriedade agrícola de caráter familiar deveria predominar em detrimento do latifúndio (Salazar. *Questão cerealífera – o trigo*. Faculdade de Direito de Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra, 1916.). O trabalho de Jaime Reis procura entender os antecedentes que levaram o país ao referido atraso. *Antes*, portanto, do advento do salazarismo. Dividido em seis capítulos, o livro analisa temas como o impacto das políticas protecionistas na virada do século XIX para o XX, o papel desempenhado pelo latifúndio e o processo de mecanização, o peso de uma industrialização tardia e, por fim, o papel do analfabetismo. Os capítulos foram publicados anteriormente em revistas e livros especializados. Juntos, compõem uma excelente interpretação para o entendimento das razões que impediram que o país acompanhasse o processo industrial europeu.

5. TRABALHO / CORPORATIVISMO: Fátima Patriarca. A Questão Social no Salazarismo (1930-1945). 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1995.

O corporativismo como doutrina alternativa ao liberalismo foi defendido por ideólogos majoritariamente situados no campo da direita política. Em toda a Europa afirmava-se que as soluções liberais e democráticas tinham prazo curto. As sociedades vigentes sob o signo do parlamento e das representações individuais eram necessariamente frágeis. Assim, a proposta corporativa visava responder aos impasses da “tirania das massas”, com uma política centrada no Estado e, acima de tudo, na representação de interesses por profissões. No caso português, diversas foram as correntes que desde o final da monarquia apontavam para um projeto de tipo corporativo. Isolados no período monárquico, renhidos opositores da República, os defensores do corporativismo viram a possibilidade de concretude de seus valores com o advento da ditadura militar em 1926 e do salazarismo/Estado Novo entre 1930 e 1933. A corporativização do universo do trabalho em Portugal foi estudada por Fátima Patriarca. Seu estudo procura analisar, por um lado, as políticas que visavam institucionalizar o sistema, como, por exemplo, o modelo de representação dos trabalhadores urbanos (Sindicatos Nacionais), das classes patronais (Grémios) e dos trabalhadores rurais e da pesca (Casas do Povo). A autora mostra as vacilações do regime, suas dúvidas quanto à melhor forma de atuação e as alterações mais importantes ocorridas no período. Ao mesmo tempo, procura dar conta da

recepção por parte dos trabalhadores da política corporativista. Aqui a autora demonstra o relativo descompasso entre as lideranças organizadas do movimento operário e o comportamento daqueles que essas lideranças pretendem representar. Ainda que episódios espetaculares, como a revolta de 18 de Janeiro de 1934 contra a corporativização dos sindicatos, sejam citados e discutidos, a autora mostra que, para a maioria dos trabalhadores portugueses, a existência de um Estado regulador, pelo menos até o período estudado, foi vista com bons olhos. A começar pelo fato de que, nas relações tripartites (Estado, Sindicatos Nacionais e Grémios) para negociar interesses como horário de trabalho ou salários, os representantes oficiais colocavam-se, na maioria das vezes, ao lado dos interesses dos trabalhadores. Utilizando-se de farta documentação e de bibliografia atualizada e renovada acerca do comportamento operário (entre outros, E. P. Thompson e Michelle Perrot), este é um excelente estudo acerca da rica dinâmica presente no Mundo do Trabalho.

6. REVOLUÇÃO DOS CRAVOS E TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA: Maria Inácia Rezola. **Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)**. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006.

A Revolução dos Cravos e os processos revolucionário e transitorial que vieram a seguir é tema de intensos debates em todo o campo das chamadas ciências humanas e sociais. Acontecimento recente e que pôs fim a uma ditadura de quase meio século, o 25 de Abril se insere, portanto, no campo da chamada História do Tempo Presente. E é assim que trabalha em sua tese de doutorado a historiadora Maria Inácia Rezola. Ainda que privilegie aquilo que “veio a seguir” ao 25 de Abril, não deixa de analisar as razões que levaram um grupo de médios oficiais das Forças Armadas a golpear o regime do Estado Novo. É que o objeto de estudo de Rezola, conforme expresso no título, é o Conselho da Revolução, órgão criado como desdobramento da crise revolucionária e da necessidade de institucionalização do MFA. Ao mesmo tempo, a autora procura fazer uma análise a respeito dos debates conceituais estabelecidos a partir da queda da ditadura. Lembra Rezola que a derrubada do Estado Novo, logo seguida pela queda das ditaduras grega e espanhola abriu novas perspectivas de análise a respeito da transição para a democracia. A surpresa causada pelos três acontecimentos teria provocado uma ruptura em relação aos estudos de caráter economicista, que procuravam ver a constituição democrática necessariamente vinculada ao desenvolvimento e bom desempenho do capitalismo, e

novos autores procuraram ver as transições a partir “da autonomia dos factores políticos”. Ao mesmo tempo, das três experiências de transição verificadas, o caso português seria paradigmático na medida em que rompia com os estereótipos dominantes na literatura a respeito das transições em países em desenvolvimento. Daí ter sido tão inesperada. Dialogando com autores da ciência política, os primeiros a tratar da temática da transição, como Juan Linz, Phillippe Schmitter e Ghillermo O'Donnell, Inácia Rezola aponta a transição como um fenómeno capaz de gerar três possíveis desdobramentos: a) a dissolução de um regime autoritário e a instauração de uma forma de democracia; b) o regresso a algum tipo outro de autoritarismo; ou c) a abertura para uma alternativa revolucionária. Mais à frente Rezola cita o politólogo italiano Leonardo Morlino para quem a transição caracteriza-se por um período de fluidez “em que ainda é incerto que tipo de regime vai ser estabelecido”. Assim a transição é, também um tempo de imponderabilidades e não necessariamente de passagem pré-determinada de um modelo de regime para outro. O texto de Rezola é também cuidadoso com os conceitos, procurando estabelecer proximidades e distinções entre liberalização, transição e consolidação do regime democrático. Segundo a autora, na maior parte das transições para a democracia das décadas de 70 e 80, a queda dos regimes autoritários foi precedida por uma certa fase de liberalização ainda dentro do próprio regime autoritário. Longe dos dogmatismos à direita e à esquerda, a autora trata o tema com acuidade e com documentação inédita, além de vasta bibliografia. Trata-se, pois, de um livro que marca um modelo de interpretação a ser mais bem trabalhado por novos estudiosos dos temas das revoluções e das transições para a democracia.

7. BIOGRAFIA: Filipe Ribeiro de Menezes. **Salazar: biografia política**. Lisboa: Dom Quixote, 2010; José Pacheco Pereira. **Álvaro Cunhal**. 4. vols. Lisboa: Temas e Debates, 2010-2016.

O pensador e militante italiano Antonio Gramsci dizia que a biografia é a “monografia de um tempo”. Sendo assim, estou certo que os estudos a respeito de António de Oliveira Salazar (1889-1970) e de Álvaro Barreirinhas Cunhal (1913-2005) são capazes de dar conta do que foi o Portugal no século XX. Começemos por Salazar. Publicada originalmente para um público não português a obra consiste em um aprofundado estudo que integra as vidas pessoal e pública de um professor de economia, católico e solteirão que incorporou para si a tarefa de fazer os portugueses *viverem habitualmente*, conforme disse ao pensador católico francês Henri Massis. Um *viver*

alheio às aventuras revolucionárias dos fascismos clássicos alemão e italiano ou mesmo do militarismo de pendor cesarista de seu vizinho espanhol. Filho caçula de uma família pobre, Salazar estudou no seminário de Viseu. Destacado aluno, ingressou na Universidade de Coimbra onde se formou em 1911. Militante na Universidade do Centro Católico, Salazar foi sempre fiel aos valores legados de um pensamento social católico que tem na *Encíclica Rerum Novarum* a sua principal referência. Foi, por isso, um forte opositor tanto do liberalismo e da democracia parlamentar quanto do comunismo e dos movimentos socialistas. O livro é rico em exemplos que demonstram a capacidade de Salazar em mediar os interesses conflitantes no seio do regime autoritário. Como ministro das Finanças, arquitetou a transição de uma ditadura militar para uma ditadura civil e corporativa sob o seu controle. Mantendo sempre um militar na presidência não deixou de acalentar as esperanças dos monarquistas ávidos pela mudança do regime. Na montagem do governo incorporou para sua máquina republicanos conservadores, católicos e até mesmo militantes do Integralismo Lusitano, a versão portuguesa do fascismo. Ciente do complexo leque de alianças que o apoiava, Salazar dissolveu o Centro Católico e criou um partido único, um “não partido” de acordo com suas palavras, a *União Nacional*. A constituição aprovada em 1933, corporativa e autoritária, manteve entretanto um verniz liberal quer na permanência de uma Câmara, aliás duas, se contarmos a Câmara Corporativa, quer na eleição por sufrágio universal, do Presidente da República. Apesar da preocupação em analisar a vida privada de Salazar, o livro cresce nos momentos em que relata as crises vividas pelo Estado Novo português e as medidas tomadas por Salazar. Como durante a Segunda Guerra Mundial, quando a incerteza a respeito da continuidade do Estado Novo era motivo de euforia para seus opositores e preocupação para seus adeptos. Naquela conjuntura Salazar adotou uma política de neutralidade ao mesmo tempo em que envidava todos os esforços para impedir que a vizinha Espanha aderisse ao conflito. Neutralidade que, entretanto, não impediu a cessão, para os Aliados da Base Militar dos Açores. A estratégia do ditador garantiu a entrada imediata de Portugal na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e a continuidade do regime no pós-guerra. Mas foi na década de 1960 que o “caldo” começou de fato a entornar. Os estudantes saíam às ruas e misturavam reivindicações tanto acadêmicas como políticas. Nas relações diplomáticas, a Europa tornava-se um parceiro cada vez mais constante, relativizando a natureza atlântica, tão cara aos adeptos do Estado Novo. Mas, sobretudo, na África, os movimentos de libertação começavam, em 1961, a defender a ruptura com a antiga metrópole. Apesar de tentativas de mediação por parte das diplomacias americana, brasileira, espanhola ou mesmo do Vaticano,

Salazar recusava-se a ceder ou mesmo negociar. “Estamos cada vez mais orgulhosamente sós”, foi o que disse em resposta às insistentes pressões internacionais. Em 1968, ano em que sofre o acidente caseiro que o impossibilita de continuar a governar, a guerra colonial já não tinha retorno. Com ela o país vê seus braços partirem. Para o ultramar alguns. Para a França ou para o Brasil outros. Era preferível migrar que participar de um conflito que não compreendiam e não aceitavam. Pelo menos não a ponto de se alistarem na tropa. Um paradoxo: o ditador recusava-se a mover qualquer palha em um país que já não vivia mais “habitualmente”. Esta última década de vida política de Salazar foi também a que sofreu mais questionamentos. Inclusive internos. A recusa a ceder no caso africano reproduzia-se também na relação com o poder. Cedê-lo pressupunha a possibilidade de ser criticado por sucessores. Neste caso, a aparência franciscana podia também ser confundida com arrogância e alheamento para com os outros. Filipe Ribeiro de Meneses fez um panorama amplo do homem que acompanhou todos esses momentos como figura central em um regime extremamente centralizado em torno da figura do Chefe. Um Chefe, diga-se, peculiar. Longe dos modelos carismáticos dos fascismos clássicos, soube garantir a longevidade da ditadura a despeito dos inúmeros momentos de instabilidade. Neste sentido, o autor demonstra a capacidade de pragmatismo de Salazar, capaz de equilibrar o poder entre correntes opositoras, como monárquicos e republicanos, europeístas e africanistas. Ao mesmo tempo, sabia do quanto era fundamental a permanência da aliança histórica com a Inglaterra. Trabalho que se insere no campo da História Política, é determinante para a compreensão do papel dos indivíduos no mundo contemporâneo.

Além de Salazar, a vida e a cultura política portuguesas podem e devem ser entendidas igualmente a partir da trajetória de Álvaro Cunhal. Neste caso, o trabalho de José Pacheco Pereira é determinante. Obra de fôlego, publicada entre 2010 e 2016, faz um retrato ao mesmo tempo crítico e criterioso daquele que foi o mais destacado dirigente comunista português. Cunhal é filho de um modelo típico de certas famílias portuguesas nascidas em plena República. O pai, Avelino, um intelectual republicano, advogado e ateu; a mãe, Mercedes, católica e conservadora. Devido à influência paterna, cedo demonstrou pendor para as artes e a literatura. Como também para a política. Da simpatia ao republicanismo, caminhou rapidamente em direção ao comunismo em plena década de 1930. Como disse o autor a respeito daquela década: “Comunismo e fascismo não deixavam ninguém indiferente, e as formas moderadas ‘burguesas’ da política democrática eram tão violentamente atacadas por uns como por outros”. Assim, a escolha pelo comunismo parecia inevitável. Estudante da Faculdade de Direito, cedo notabilizou-

se pela capacidade de organização e liderança. Aos poucos, a ascensão dentro do PCP, primeiro como dirigente da Federação das Juventudes Comunistas, até chegar ao Comitê Central. O livro narra as idas e vindas, as prisões e a ascensão ao cargo de Secretário Geral. Em 1940, a licenciatura em direito que completou preso. O tema de sua monografia de final de curso, o aborto e a necessidade de sua despenalização. Tudo e sempre, dentro de um inabalável *ethos* stalinista. Entre 1949 e 1960, o período mais longo de prisão, quando se dedicou com mais afinco à literatura e ao desenho, com destaque para a tradução e ilustração de *Rei Lear*. Em janeiro de 1960, juntamente com outros camaradas, foge da prisão de Peniche e dois anos depois vai viver na União Soviética. Em seguida ao 25 de Abril, retorna a Portugal e à militância dentro dos marcos da legalidade. Ministro sem pasta, deputado à Assembleia da República, sempre atuando em um sentido pragmático e objetivo. Sem vulgarizar o personagem em uma hagiografia (história de santos), o livro de Pacheco Pereira é crítico a Cunhal ao mesmo tempo em que procura compreendê-lo. Afinal, como disse Isaiah Berlin, “compreender não significa aceitar”. E é neste sentido que o trabalho se caracteriza como uma monografia de um tempo português. Na análise da infância de Cunhal, procura entender a formação de um indivíduo obrigado a fazer a escolha entre duas opções inconciliáveis nos primeiros anos de República: o anticlericalismo e a Igreja. Optou pelo primeiro. Depois, as marcas do que era se formar comunista na década de 1930, em plena ascensão de Stálin e do stalinismo. Em seguida, o que representou, em tempos de guerra fria, ser dirigente de um partido submetido à mais dura clandestinidade. Por fim, a recusa em aceitar as reformas possíveis, mesmo dentro dos quadros do comunismo. A fidelidade absoluta à União Soviética. A verdade do comunismo acima de tudo, e daí as perseguições implacáveis aos adversários. E como prêmio, em plena época de avanço do eurocomunismo, foi se tornando cada vez mais, aos olhos da União Soviética, o mais importante dirigente comunista do ocidente. É verdade que Cunhal foi diretamente responsável pela recusa a qualquer remodelação dentro do partido que dirigia. Mas é verdade também que pagaria um preço, caso optasse por um caminho mais heterodoxo. A cultura política do PCP não dava espaço para revisionismos e seu dirigente máximo tinha deste fato plena consciência.

8. PORTUGAL E IGREJA CATÓLICA: Rita de Almeida Carvalho. **A concordata de Salazar**. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013.

A relação dos portugueses com a Igreja Católica vem de longa data e ganhou contornos identitários mais nítidos, ao lado de Espanha, com o advento da Inquisição. O liberalismo do século XIX e a Primeira República (1910-1926), a despeito de momentos de tensão e mesmo ruptura, não foram suficientes para enfraquecer o peso do catolicismo entre as gentes lusitanas. Rita Carvalho, em trabalho apresentado originalmente como tese de doutorado, faz um estudo aprofundado da relação do regime autoritário português com a Igreja Católica, desde o advento da ditadura militar até a assinatura da Concordata de 1940. Ainda que analisando uma breve conjuntura a autora demonstra o papel de destaque da instituição religiosa para o país e seus domínios no Ultramar. Ao mesmo tempo, procura fazer uma análise comparativa, nos capítulos finais, acerca da relação das Concordatas com outros regimes políticos igualmente autoritários (Espanha, Itália) e as peculiaridades e proximidades destes acordos com a Concordata de Salazar. Temas como o Estado laico imposto por Salazar para a surpresa de seus correligionários católicos, o papel do cardeal Cerejeira, o divórcio (mantido com restrições durante todo o Estado Novo), os trabalhos missionários no Ultramar, entre outros, são tratados de forma a demonstrar o peso significativo da Igreja Católica junto do regime corporativo português. Muito bem documentado e com bibliografia atualizada, afirma-se como um dos principais estudos acerca do tema em Portugal. Os estudos em História Política, quando de excelência, trabalham o pequeno espaço temporal ao mesmo tempo que permitem interpretações de longa duração. É este o caso.

9. EUROPA: António Costa Pinto & Nuno Severiano Teixeira (Organizadores). **Portugal e a Integração Europeia, 1945-1986: a perspectiva dos actores**. Lisboa: Temas e Debates, 2007; António Costa Pinto & Nuno Severiano Teixeira (Organizadores). **A Europa do Sul e a Construção da União Europeia**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

A História Portuguesa, entendida em sua longa duração, foi marcada pela tensão entre a Europa e o Ultramar. Pioneiro nas Grandes Navegações, a relação com o Mundo recém-descoberto conduziu o país a uma tentação antieuropeia. Ainda assim, é fato que houve também aqueles que defendiam uma política de integração maior com o Continente. *Grosso modo*, os antieuropeístas estariam identificados com uma alternativa (política, cultural e/ou econômica) mais endógena, enquanto os segundos seriam propensos a uma proximidade maior com a Europa. No século XVI, esta tensão tornou-se aguda na polêmica entre aqueles agrupados em torno da Inquisição e as simpatias

européias de Damião da Góis, posteriormente, como era de se esperar, perseguido pelo Santo Ofício. Saltando para o século XIX o debate reaparece aquando da guerra civil com José Agostinho e Acúrsio das Neves entre os *tradicionalistas* e Alexandre Herculano e Almeida Garret representando os *uropeístas*. Na geração seguinte, novos ventos de modernização com os protagonistas das Conferências do Casino: Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, entre outros, todos defensores do realismo de matriz francesa por um lado, e Camilo Castelo Branco mais “português” de outro. No século XX, como conclusão, podemos citar a tensão na I República entre o universalismo da *Seara Nova* e o nacionalismo do Integralismo Lusitano. Por fim, a partir da ditadura militar e durante todo o salazarismo, uma historiografia de matriz oficial impôs uma visão mítica da história portuguesa, evocando seu papel cruzadista e afastando-se das tendências cosmopolitas e, conseqüentemente, europeias. Ainda assim, é fato que Portugal, por vontade própria ou imposição das circunstâncias não deixou de participar, mesmo que constrangido, dos organismos internacionais. Foi assim na OTAN e na ONU, apenas para citar as mais importantes. Quanto a uma presença ativa nos “clubes” europeus, ela esteve sempre condicionada à permanência da ditadura, o que impedia sua presença no Mercado Comum Europeu (futura União Europeia), pelo menos como membro ativo. A transição democrática a partir da Revolução dos Cravos, apesar de resistências “terceiro-mundistas” por parte do Partido Comunista, foi determinante para um processo seguro e sem grandes traumas para a integração à Europa.

10. IDENTIDADE NACIONAL: Eduardo Lourenço. **A nau de Ícaro e Imagem e miragem da lusofonia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Dos autores até aqui citados, Eduardo Lourenço é o único que não exerce o ofício de historiador, ainda que seja formado em ciências histórico-filosóficas pela Universidade de Coimbra. Crítico e ensaísta, é um dos mais importantes analistas da cultura portuguesa contemporânea. E, pode-se dizer, diversos são os livros de sua autoria que poderia aqui citar. A *Nau de Ícaro*, como muitos, resulta da coletânea de vários artigos e conferências publicados ou proferidas em contextos diversos. Mas assim como as demais coletâneas aqui citadas, o conjunto da obra tem uma boa organicidade. O autor trata, em pouco mais de 200 páginas, de temas como a perda das colônias, o fim da emigração, a questão europeia, a lusofonia, a dialética da proximidade/distanciamento com os povos hispânicos e a relação com o Brasil. Em se tratando de ensaios, o texto não tem preocupações excessivas com fontes ou bibliografia, atualizada ou não. Mas as preocupações levantadas

em um país ao mesmo tempo periférico e pertencente ao “clube” europeu são de elevada pertinência. Em certa passagem, ao referir-se à perda do Ultramar, Lourenço faz referência a um quadro de Pieter Bruegel intitulado *A queda de Ícaro*, pertencente ao acervo do Museu Real de Bruxelas. À direita do quadro vê-se uma imponente carranca e no alto de seus mastros, suas bandeiras com as armas de Portugal. Pouco importa se o porto desenhado pelo artista flamenco era o de Antuérpia, Delft ou de outro sítio qualquer da Flandres do século XVII. O que importa para o tema aqui tratado é que a bela pintura de Bruegel é contemporânea de um tempo de auge marítimo e mercantil de Portugal. De um tempo, enfim, em que Portugal havia sido moderno. E esta nau, no ensaio de Lourenço, representativa do Século de Ouro português, depois de quase meio século, do Timor ao Brasil, passando por África e pelas ilhas atlânticas, regressa a partir de meados da década de 1970 ao porto de Lisboa. Não mais como proprietária de tantas terras que o “sol nunca se punha”. Mas perdida em seu projeto e em seu destino. Não regressou porque quis, mas porque as circunstâncias assim se impuseram. Lourenço reflete sobre uma questão vivida por ele e pelos portugueses a seguir à Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974 e ao conturbado processo de descolonização. E em certa medida seu esforço interpretativo diz respeito à necessidade de entender o lugar das gentes lusitanas no mundo. Como se vê, não se pode falar de Portugal sem citar Eduardo Lourenço. É como falar do Brasil sem Sérgio Buarque ou Antonio Candido.